

CIDADE:	DATA:
COORDENADOR:	RELATOR:
GT 05 - Gestão e Participação Social	GT 05 - Gestão e Participação Social
DIRETRIZES	AÇÕES
Viabilizar um processo de planejamento, gestão e avaliação participativo (modelo de gestão) que integre as diferentes políticas públicas setoriais e segmentos sociais no território;	MODELO DE GESTÃO
Promover a articulação das políticas setoriais, considerando os três níveis de governo e demais atores envolvidos;	<p>2.1-Valorizar mecanismos de consultas públicas e iniciativas similares como forma de promover e fortalecer a articulação interinstitucional.</p> <p>2.1 Realizar consultas públicas e iniciativas similares como forma de promover e fortalecer a articulação interinstitucional.</p> <p>2.2-Promover a articulação interinstitucional setorial em diversos níveis para equalizar problemas setoriais.</p> <p>2.2-Realizar articulação interinstitucional setorial em diversos níveis para equalizar problemas setoriais.</p> <p>2.3-Promover a articulação interinstitucional de forma a evitar sobreposição de esforços e recursos, otimizando a ação pública nos três níveis de governo.</p> <p>2.4-Fortalecer os conselhos municipais setoriais.</p> <p>2.4-Fortalecer os conselhos setoriais municipais, estaduais, nas fiscalizações e acompanhamento das ações governamentais.</p> <p>2.5-Criar ferramentas de comunicação que gerem visibilidade da participação e tomada de decisão dos conselhos.</p> <p>2.6-Divulgar o papel dos conselhos para comunidade.</p> <p>2.7-Criação de um conselho de gestão e políticas públicas (com representantes de secretários municipais, sociedade civil).</p>

	<p>2.7-Criação de um conselho de orçamento participativo</p> <p>2.7-Adotar o modelo de orçamento participativo.</p> <p>2.8-Articular para criação de uma rede participativa nas três esferas de governo.</p> <p>2.9-Criar uma política de acompanhamento dos consórcios.</p> <p>2.9-Criar uma política de acompanhamento dos consórcios.Incentivar a participação dos municípios nas estâncias deliberativas da ADRS.</p> <p>2.10- Identificar os gestores responsáveis pelos programas de governo federal estadual e qual o caminho para buscar o recursos.</p> <p>2.11-Modernizar a política administrativa, por meio de melhoria na infraestrutura e capacitação técnica.</p> <p>2.11-Modernizar a política administrativa, por meio de melhoria na infra-estrutura (centro administrativo, fonte de recursos) e capacitação técnica.</p> <p>2.12-Criar um grupo de trabalho com a participação dos ministérios para resolver as pendências da burocracia existentes, já com obras paradas.</p> <p>2.12-Criar um grupo de trabalho com a participação dos ministérios para resolver as pendências da burocracia existente nos projetos.</p> <p>2.13-Esclarecer a população sobre o processo de funcionamento das políticas públicas e seus critérios de implementação.</p> <p>2.14-Criar interlocutores regionais para facilitar o diálogo entre as regiões e os governos.</p> <p>2.14-Designar interlocutores regionais para facilitar o diálogo entre as regiões e os governos.</p>
--	--

	2.15 – Criar um sistema de comunicação para centralizar as informações.
Apoiar a capacitação e assistência às prefeituras e organizações locais e regionais;	<p>3.1- Dotar as prefeituras municipais das condições necessárias para acessar programas federais e estaduais (informatização, capacitação do corpo técnico).</p> <p>3.2- Divulgar os portais contendo planos, programas e ações de governo.</p> <p>3.3- Facilitar o acesso às informações governamentais sobre planos, projetos e programas para a sociedade civil.</p> <p>3.4-Capacitação (periódica) dos conselheiros, gestores, empresários e sociedade civil. 3.4 Capacitação técnica dos conselheiros (gestores, empresários e sociedade civil)</p> <p>3.5 Criar uma rede de internet de banda larga para os dados(confiabilidade) 3.5 Criar um mecanismo virtual de confiabilidade para os fornecimentos de dados.</p> <p>3.6 Fortalecer e ampliar para toda a região a universidade aberta do Brasil, principalmente na área de informação tecnológica.</p> <p>3.7 Criar sistema de informações gerenciais.</p>
Fortalecer o capital social e humano bem como as formas de organização.	<p>4.1- Promover a capacitação voltada para o associativismo e cooperativismo.</p> <p>4.2- Divulgar as vantagens do associativismo e cooperativismo. 4.2- Divulgar as vantagens as experiências exitosas do associativismo e cooperativismo, mediante uso das rádios comunitárias, internet e outros meios de comunicação.</p> <p>4.3- Orientar a elaboração de projetos</p>

	<p>sociais para a obtenção de créditos.</p> <p>4.4- Integrar as organizações sociais na implementação das políticas públicas.</p> <p>4.5 Criação de um espaço físico para o funcionamento dos conselhos setoriais(casa dos conselhos).Para promoção da integração dos conselhos e das políticas públicas)</p> <p>4.6-Criação de fóruns de entidades regionais.</p> <p>4.6-Criação de fóruns de entidades governamentais (exemplo CONSAD).</p> <p>4.6-Estimular e fortalecer a criação de fóruns e outros espaços de governanças.</p> <p>4.7 Desburocratizar, conceder e autorizar o funcionamento das rádios comunitárias e educativas.</p> <p>4.8 Capacitar os empreendedores do mercado formal e informal.</p>
<p>Apoiar o fortalecimento da atuação das organizações da sociedade civil envolvidas no planejamento territorial</p>	<p>5.1-Buscar parceria junto aos órgãos públicos para capacitação das organizações da sociedade civil.</p> <p>5.2-Integrar as organizações sociais na implementação das políticas públicas.</p> <p>5.2-Integrar as organizações sociais,(associações de moradores, entidades de classes, ongs e outros) no processo de planejamento e implementação das políticas públicas.</p>
<p>Estimular a criação de consórcios públicos intermunicipais / regionais e apoiar a sua implementação;</p>	<p>6.1- Informar a população e os gestores municipais dos benefícios de consórcios públicos.</p> <p>6.2- Dar credibilidade aos consórcios públicos dentro das três esferas de governo.</p> <p>6.3 Facilitar e criar créditos para os consórcios municipais e regionais pela instituição de credito federal.</p>

	<p>6.4 disponibilizar mais créditos as pessoas mais humildes através dos consórcios</p> <p>6.4 Sensibilizar e capacitar os gestores públicos sobre os benefícios e a formação dos consórcios.</p> <p>6.5 Fortalecer a economia solidária.</p> <p>6.5.Incentivar e divulgar as experiências exitosas dos Consórcios Públicos.</p>
<p>Estimular e apoiar a elaboração, revisão e implementação dos PDPs (Planos Diretores Participativos);</p>	<p>7.1- Fomentar diálogo entre a sociedade civil organizada e órgãos responsáveis pela elaboração dos planos (prefeitura, ministério das cidades, secretarias de infraestrutura e cidades)</p> <p>7.2- Implementar os planos diretores elaborados.</p> <p>7.2-Revisão, regulamentação e implementação dos planos diretores já elaborados.</p> <p>7.3 Elaboração do plano diretor para cidades menores 20 mil habitantes de interesse turístico.</p> <p>7.4 Buscar recurso para elaboração do Planos diretores.</p> <p>7.4 Buscar recurso para elaboração dos Planos diretores e capacitação técnica</p> <p>7.5-Priorizar ações de planos diretores já elaborados</p> <p>7.5-Incentivar e divulgar as experiências exitosas os Planos Diretores Participativos.</p>
<p>Fortalecer a capacidade de gestão das Unidades de Conservação existentes na área;</p>	<p>8.1- Aumentar o quantitativo de vagas para servidores lotados em área de conservação;</p> <p>8.1- Aumentar o quantitativo de vagas para servidores lotados em área de conservação e o qualitativo das equipes técnicas.</p> <p>8.2- Dotar de equipamentos às unidades de conservação para o fiel cumprimento de seu papel legal.</p> <p>8.3- Adequar o orçamento às atribuições</p>

	<p>legais da Unidade de Conservação(manter, fiscalizar).</p> <p>8.4-Melhorar infraestrutura das Unidades de Conservação.</p> <p>8.5-Orientar as famílias das unidades de conservação em matéria ambiental.</p> <p>8.6 - Regulamentar as áreas de unidades de conservação.</p> <p>8.7- Elaboração dos Planos de Manejo, criação dos Fundos e consolidação dos conselhos das UCs já existentes.</p>
<p>Fortalecer e estimular a criação dos comitês de bacias e promover a implementação dos planos nacional e estaduais de recursos hídricos;</p>	<p>-Lei 9987(Plano Nacional de Recursos Hídricos)</p> <p>9.1- Instalação de Consultas Públicas a cargo do Governo do Estado para a criação dos comitês de bacias, com autorização formal dos prefeitos, visando o cumprimento do Plano de Recursos Hídricos.</p> <p>9.2 Buscar a regularização da demanda judicial implementada contra o conselho estadual de meio ambiente em relação ao comitê de bacia do Munim.</p> <p>9.2- Compartilhar as experiências da política de gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará.(Pacto das águas)</p> <p>9.3-Criar um comitê de bacias do Rio Longá.</p> <p>9.3-Participação das instâncias locais nos Comitês de Bacias Hidrográficas.</p> <p>9.4 Representatividade local (região de Ibiapaba), da Companhia de Gestão e Recursos Hidricos.</p>
<p>Incentivar a criação dos Conselhos gestores e dos fundos de Habitação, integrando as demais temáticas.</p>	<p>Não se aplica. Não se aplica. Não se aplica Não se aplica.</p>

MODELO DE GESTÃO

Comitê de Gestão
Secretaria Executiva

Esfera	G.Federal	G.Estadual	G.Municipal	Org. Social	Total
Perinhas	3	3	3	9	18
Chapadinha	3	3	7	13	26
Esperantina	6	6	6	18	36
Parnaíba	3	3	6	12	24
Camocim	6	6	6	18	36
Tianguá	6	6	6	18	36

Sugestão: Criação de sub-comitês regionais